

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	31
-------------------------	-----------

1.

PREMISSAS DO NOVO RACIOCÍNIO PROBATÓRIO: DOIS MODELOS PARA O FUNCIONAMENTO DA PROVA.....	33
1.1. Do modelo subjetivo: a crença do juiz como cerne da prova	36
1.1.1. Consequências gerais de sua adoção	39
1.2. Do modelo objetivo: o convencimento do juiz retira- do do cerne da prova.....	41
1.2.1. Consequências gerais de sua adoção.....	44
1.3. O presente livro somente tem sentido sob a premissa da adoção de um modelo objetivo	48

2.

A PROVA TESTEMUNHAL E SEU ESTADO DA ARTE NA DOCTRINA E NA JURISPRUDÊNCIA	51
2.1. Noções preliminares.....	53
2.2. Admissibilidade	56
2.2.1. Exclusão por conta do objeto (fato a ser provado). Hierarquias entre meios de prova?	56
2.2.1.1. Posição a favor da hierarquia entre meios de prova e necessidade de prova “mais segura” do que a testemunhal para a prova de determinados fatos.....	56
2.2.1.2. Posição contrária à hierarquia entre meios de prova: prova testemunhal seria tão segura quanto as demais, independentemente dos fatos a serem provados	62
2.2.2. Exclusão por conta do sujeito	66
2.3. Produção.....	68
2.3.1. Testemunha da parte ou do processo?	68
2.3.2. Cuidados para não “contaminação” da testemunha.....	71
2.3.3. Formas de interrogatório	73
2.3.3.1. Perguntas diretas x narrativas livres	73
2.3.3.2. Perguntas pelo juiz x pelos advogados?	77
2.3.3.3. Formas para supostamente garantir a veracidade do depoimento.....	80
2.4. Valoração	83
2.4.1. Imediação, contato pessoal e impressões subjetivas	83
2.4.2. Valor do testemunho e suficiência.....	86
2.5. Conclusões parciais	94

A CIÊNCIA E AS PREMISSAS DA DOUTRINA

TRADICIONAL	97
3.1. A epistemologia e o testemunho (ou as epistemologias do testemunho): a presunção de veracidade do testemunho jurídico em xequé	97
3.1.1. Noções preliminares	99
3.1.1.1. O testemunho na epistemologia e no Direito	99
3.1.1.2. Testemunho implica transmissão de conhecimento?	106
3.1.1.3. Autoridade e confiança	114
3.1.1.4. Mentiras e erros honestos	119
3.1.2. Concepções da epistemologia do testemunho ...	123
3.1.2.1. Presuntivismo (não reducionismo)	124
3.1.2.2. Não presuntivismo (reducionismo)	132
3.1.2.3. Dualismo: uma terceira corrente?	137
3.1.3. A revalorização da dimensão epistêmica do testemunho jurídico: do presuntivismo ao não presuntivismo; da avaliação da testemunha à avaliação do testemunho	139
3.2. A Psicologia experimental do testemunho: bases científicas para as dificuldades de detecção de mentiras e para a consideração dos erros honestos	143
3.2.1. Considerações iniciais sobre a prova testemunhal: entre o Direito e a ciência	143
3.2.2. A psicologia do testemunho e sua aplicação forense. Considerações básicas sobre a metodologia	147
3.2.3. Metodologia	159
3.2.4. A insinceridade do testemunho: o mito da detecção de mentiras e a real impossibilidade de sua detecção	161

3.2.4.1. Ausência de “sinais indicativos” eficientes de mentira e nulo papel do “treinamento”	161
3.2.4.2. Fatores que influenciam a percepção de credibilidade: confiança e forma de exposição	164
3.2.5. Erros honestos e fatores que os influenciam: falhas na percepção e na recuperação das memórias da testemunha	167
3.2.5.1. Falhas de percepção	168
3.2.5.1.1. Aspectos visuais básicos: luz, alterações de luz e cores	168
3.2.5.1.2. Velocidade	171
3.2.5.1.3. Distância	174
3.2.5.1.4. Tempo de exposição (duração do evento)	176
3.2.5.1.5. Idade	177
3.2.5.1.6. Efeito do foco na arma (<i>weapon focus</i>) ou em objetos que estão “fora de contexto”	179
3.2.5.1.7. Estresse	182
3.2.5.1.8. Álcool e outras drogas	183
3.2.5.2. Falhas na recuperação da memória	185
3.2.5.2.1. Tempo entre o evento e a recuperação (<i>retention interval</i>)	187
3.2.5.2.2. Informações pós-evento (<i>post-event information</i>)	190
3.2.5.2.3. <i>Feedback</i> sobre o desempenho da testemunha	193
3.2.5.2.4. Forma de perguntas (viés confirmatório e <i>leading questions</i>)	195
3.2.6. A psicologia do testemunho infantil e a suas peculiaridades	200
3.2.6.1. Informações de que atualmente dispomos, no estado atual da ciência, a respeito da memória de crianças	206

3.2.6.1.1. Características gerais da memória infantil e sua recuperação	206
3.2.6.1.2. As melhores práticas, a importância dos protocolos e o protocolo do National Institute of Child Health and Human Development (NICHD)	209
3.2.6.2. Informações de que atualmente dispomos, no estado atual da ciência, a respeito da memória de crianças.....	215
3.2.6.2.1. A ausência de sintomas associados exclusivamente ao abuso sexual infantil.....	215
3.2.6.2.2. A ausência de detectores de verdade e a (imensa) cautela necessária com os métodos SVA e CBCA	218

4.

PROPOSTA DE UMA RECONSTRUÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL.....	223
4.1. Premissas delineadas para a reconstrução	223
4.2. Enfrentamento das premissas do Direito à luz da ciência e da epistemologia.....	226
4.2.1. Quanto às premissas ligadas à fase da admissibilidade	226
4.2.1.1. Da inadmissibilidade por questões objetivas	227
4.2.1.2. Da inadmissibilidade por questões subjetivas	230
4.2.2. Quanto às premissas ligadas à fase da produção das provas.....	234
4.2.2.1. Testemunha da parte ou do processo?..	234
4.2.2.2. Da não contaminação da testemunha: somente no momento da audiência?	239

4.2.2.3. Das supostas formas de garantia da veracidade do testemunho	243
4.2.2.3.1. A presença do juiz, o juramento e o crime de falso testemunho	245
4.2.2.3.2. A acareação	248
4.2.2.4. Das formas de interrogatório.....	250
4.2.2.4.1. Perguntas diretas ou narrativas livres?.....	251
4.2.2.4.2. Perguntas pelos advogados ou pelo juiz?	253
4.2.3. Quanto às premissas ligadas à fase de valoração	255
4.2.3.1. O contato pessoal do juiz com a testemunha e os mitos que o circundam.....	256
4.2.3.2. Os diferentes tipos de testemunho e sua valoração.....	258
4.2.3.3. Critérios para a valoração da prova testemunhal.....	260
4.2.3.4. Suficiência: pode a prova testemunhal, sozinha, atender standards probatórios?.....	264
4.2.4. Quanto ao caso específico do testemunho infantil: o que fazer e o que não fazer?	268
4.2.4.1. Em especial: o testemunho infantil no Brasil, suas evoluções e desafios.....	271

5.

CONCLUSÕES	279
5.1. Conclusões gerais	279
5.2. Conclusões específicas.....	281
5.2.1. Propostas para o legislador.....	281
5.2.2. Propostas para o juiz e para os tribunais	284
5.2.3. Propostas para o advogado e para as partes.....	285
5.2.4. Propostas para as testemunhas	285
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	287